

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 711.587 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : HUGO JOVINIANO DA SILVA FLORES
ADV.(A/S) : ALEXANDRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VALORES ATRASADOS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. DECISÃO PROFERIDA PELO STJ FAVORÁVEL À PARTE RECORRENTE. AGRAVO PREJUDICADO NESTA PARTE ESPECÍFICA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 279 DO STE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. ARE 748.371-RG. AGRAVO DESPROVIDO.

DECISÃO: Trata-se de agravo nos próprios autos, interposto com fundamento no artigo 544 do Código de Processo Civil, objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário, manejado com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou, *verbis*:

“APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SERVIDOR PÚBLICO.

ARE 711587 / RJ

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. A VIGENTE NA DATA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. 1. *Cuida-se de apelação interposta pelo Autor, técnico judiciário aposentado por invalidez com o recebimento de proventos proporcionais calculados com base na EC 41/2003. Postulou, em síntese, a realização do cálculo com base na legislação vigente à época do acidente e não à época em que o laudo médico o considerou incapaz para todo e qualquer serviço.* 2. *Na espécie, oportuno esclarecer que, embora a Administração tenha readaptado o servidor, este foi considerado incapaz para todo e qualquer serviço por junta médica. Entre o acidente e o laudo médico que constatou a incapacidade definitiva do recorrente observa-se, pela certidão de fls. 158/164, que este permaneceu em licença médica, por acidente em serviço, durante 1.273 (mil duzentos e setenta e três) dias, restando nítido que não desenvolveu as atividades da função readaptada.* 3. *A jurisprudência tem o entendimento de que a legislação aplicável para concessão de aposentadoria por invalidez é a vigente na data do preenchimento dos requisitos. Assim, entendendo ser aplicável ao caso a legislação vigente em 12/12/2003, data do fato que o tornou incapaz.* 4. *Condeno a União a calcular os proventos com base na EC 20/98, observando-se a prescrição quinquenal nos termos da Súmula 85/STJ e, a compensação dos valores já antecipados.* 5. *Fixo os honorários de advogado em R\$ 2.000,00 nos termos do artigo 20, § 4º do CPC.* 6. *Recurso a que se dá provimento.*”

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos.

Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 5º, II, LIV e LV, 37, *caput*, 40, § 1º, I, § 3º e § 17, da Constituição Federal. Requer, ao final, o provimento do RE, “*para anular o v. acórdão de fls. 246/247, por contrariar o art. 5º, LV, da Constituição Federal*”, ou “*a reforma do v. acórdão de fls. 231/232, (...) para julgar improcedente o pedido*”, ou, caso assim não se entenda, “*seja fixado o percentual de juros de mora de 6% ao ano, até o advento da Lei 11.960/2009, que alterou a redação do artigo 1º-F, da Lei 9.494/1997, ao determinar novo critério de juros e correção monetária*”.

O Tribunal a quo negou seguimento ao recurso extraordinário por

ARE 711587 / RJ

entender que a ofensa à Constituição, acaso existente, seria indireta.

É o relatório. **DECIDO.**

No que diz respeito à aposentadoria por invalidez do servidor público em questão, divergir do entendimento do Tribunal *a quo* demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo o incursiamento no contexto fático-probatório engendrado nos autos, porquanto referida pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo se restringe à discussão eminentemente de direito, face ao óbice erigido pela Súmula nº 279 do STF.

Sob esse enfoque, ressoa inequívoca a vocação para o insucesso do apelo extremo, por força do óbice intransponível do referido verbete sumular, que veda a esta Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário, sindicat matéria fática.

Por oportuno, vale destacar preciosa lição de Roberto Rosas acerca da Súmula nº 279 do STF:

“Chiovenda nos dá os limites da distinção entre questão de fato e questão de direito. A questão de fato consiste em verificar se existem as circunstâncias com base nas quais deve o juiz, de acordo com a lei, considerar existentes determinados fatos concretos.

A questão de direito consiste na focalização, primeiro, se a norma, a que o autor se refere, existe, como norma abstrata (Instituições de Direito Processual, 2ª ed., v. I/175).

Não é estranha a qualificação jurídica dos fatos dados como provados (RT 275/884 e 226/583). Já se refere a matéria de fato quando a decisão assenta no processo de livre convencimento do julgador (RE 64.051, Rel. Min. Djaci Falcão, RTJ 47/276); não cabe o recurso extraordinário quando o acórdão recorrido deu determinada qualificação jurídica a fatos delituosos e se pretende atribuir aos mesmos fatos outra configuração, quando essa pretensão exige reexame de provas (ERE 58.714, Relator para o acórdão o Min. Amaral Santos, RTJ 46/821). No processo penal, a verificação entre a qualificação de motivo fútil ou estado de embriaguez para a apenação

ARE 711587 / RJ

importa matéria de fato, insuscetível de reexame no recurso extraordinário (RE 63.226, Rel. Min. Eloy da Rocha, RTJ 46/666).

A Súmula 279 é peremptória: ‘Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário’. Não se vislumbraria a existência da questão federal motivadora do recurso extraordinário. O juiz dá a valoração mais conveniente aos elementos probatórios, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes. Não se confunda com o critério legal da valorização da prova (RTJ 37/480, 56/65)(Pestana de Aguiar, Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed., v. VI/40, Ed. RT; Castro Nunes, Teoria e Prática do Poder Judiciário, 1943, p. 383). V. Súmula STJ-7.” (Direito Sumular. São Paulo: Malheiros, 2012, 14ª Edição, p. 137-138).

Nesse sentido, ARE 897.735, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 4/9/2015, e ARE 900.314, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 21/8/2015, assim ementado:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DOENÇA PROFISSIONAL. PROVENTOS INTEGRAIS. PRECEDENTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.”

No que diz respeito à violação ao princípio constitucional da legalidade, aplica-se o teor da Súmula nº 636 desta Corte: *“Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida”*.

Ademais, os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, quando debatidos sob a ótica infraconstitucional, não revelam repercussão geral apta a tornar o apelo extremo admissível, consoante decidido pelo Plenário Virtual do STF, na análise do ARE

ARE 711587 / RJ

748.371, da Relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DJe de 1º/8/2013, conforme se pode destacar do seguinte trecho do referido julgado:

“Ante o exposto, manifesto-me pela rejeição da repercussão geral do tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal, quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais.”

Por fim, compulsando-se os autos, verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar matéria de sua competência, deu parcial provimento ao Agravo em Recurso Especial 176.114, Rel. Min. Teori Zavascki, interposto pela União, *“a fim de determinar a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos”* (e-STJ Fls. 344-346), decisão ratificada no julgamento de agravos regimentais (e-STJ Fls. 367-371). Releva anotar que o trânsito em julgado da aludida decisão em 10/9/2015 (e-STJ Fl. 376), provocou a perda do objeto do recurso extraordinário da União nesse aspecto.

Ex positis, **JULGO PREJUDICADO** o presente agravo, com fundamento no artigo 21, IX, do RISTF, especificamente quanto ao pedido de reforma do acórdão recorrido quanto à correção monetária e aos juros de mora, e **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF, quanto aos demais pleitos formulados no recurso extraordinário.

DETERMINO que a Secretaria Judiciária desta Suprema Corte providencie a inclusão do nome do Dr. **RUDI MEIRA CASSEL**, OAB/DF nº 22.256, como patrono do ora recorrido, para fins de intimações e publicações, conforme pedido formulado por intermédio da Petição STF nº 10.296/2014.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente